

A Multipolaridade Instável: construindo um conceito da transição sistêmica e suas alianças fluídas

Paulo Fagundes Visentini*

Resumo

Após o encerramento da Guerra Fria, considerou-se que o Sistema Internacional ingressara na fase da “Unipolaridade” liderada pelos Estados Unidos, tendo como base a Globalização neoliberal. Todavia, com o acelerado crescimento econômico da China e de outros grandes países emergentes do Sul Geopolítico, especialmente com o estabelecimento do BRICS, surgiram as condições para a emergência da Multipolaridade. Analistas acreditavam que o peso econômico dos grandes emergentes alteraria a correlação de forças dentro das Organizações Multilaterais, gerando um equilíbrio Multipolar em uma transição estável. Mas não foi o que ocorreu, especialmente pelas gestões Trump e a Guerra na Ucrânia. No Segundo mandato, o presidente americano reconheceu uma Multipolaridade a quatro grandes Estados, mas com os EUA sendo o *primus inter pares*, formalizando a Multipolaridade Instável, com objetivos complexos e alianças altamente voláteis.

Palavras-Chave: multipolaridade instável; eixos de poder; sistema internacional.

O presente artigo apresenta, de forma sumária e ensaística, o conceito de *Multipolaridade Instável* a partir de análises dos fenômenos políticos e securitários contemporâneos. O conceito é fruto das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/ UFRGS). Ele foi precedido pelo conceito dos Eixos de Poder Mundial, elaborado em 2019. Desde a eclosão do conflito russo-ucraniano, por sua vez, emergiu a realidade e o conceito da Multipolaridade Instável, a partir de uma abordagem analítica sistêmica para a compreensão do atual (des)equilíbrio de poder mundial.

* Historiador, Professor Titular de Relações Internacionais na UFRGS, e do Pós-Graduação em Segurança, Defesa e Desenvolvimento/ESD, em Ciências Militares da ECEME e em C. Política/UFRGS. Pesquisador do CNPq e Coordenador do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais/UFRGS. O autor agradece a colaboração do Prof. Guilherme Thudium da UnB.

Samuel Huntington (1997) apontou a formação de um sistema exclusivamente centrado nos Estados Unidos como uma “superpotência solitária”, em uma estrutura híbrida unimultipolar (multipolaridade econômica e unilateralidade político-militar) com outras grandes potências. Abaixo da superpotência estariam potências regionais como Alemanha, França, Rússia, China, Japão, Índia, Brasil, Nigéria e África do Sul. Tudo enquadrado em seu “Choque de Civilizações”, como sistema mundial.

Conforme a teoria securitária de Buzan & Waever (2003), a distribuição de poder no pós-Guerra Fria compreenderia uma estrutura de “4+1”, com quatro grandes potências (China, Rússia, Japão e União Europeia) e uma superpotência, os Estados Unidos. A relevância de Japão e da União Europeia como grandes potências no sistema internacional, contudo, sofreu considerável redução nas últimas décadas. O protagonismo japonês foi explorado ao final do século XX (Kennedy, 1988), porém perpassado pela ascensão chinesa – especialmente em virtude do avanço econômico da política de reformas e abertura. Como se vê, a análise prospectiva de cenários dos três acadêmicos não foi confirmada pela realidade

Mearsheimer (2019), por sua vez, argumentou que o sistema internacional se tornara multipolar por volta de 2016, e que essa transição trazia o ocaso da ordem internacional liberal, a ser substituída por ordens de caráter realista. Neste cenário, os Estados Unidos e a China passariam a liderar ordens delimitadas, que competirão entre si tanto nas esferas econômica quanto militar¹. Mearsheimer, em 1990, já alertava para os riscos do que propusemos como *Multipolaridade Instável*, em lugar da bipolaridade equilibrada, relativamente estável e previsível da Guerra Fria. Ao relacionar essa análise com o conceito proposto, observa-se que a violação de mecanismos definidos de contenção e estabilidade entre os dois grandes agrava os dilemas securitários, forjando um ambiente volátil e propenso à eclosão de conflitos.

Modestamente, ainda que valorizando aspectos das teorizações acima, o que se busca é uma abordagem “realmente realista” do sistema internacional e do jogo das potências que o operam. Três aspectos foram cruciais neste processo: as consequências econômicas e sociopolíticas da Pandemia, os efeitos globais da guerra russo-ucraniana e o retorno do Presidente Donald Trump, com sua agenda de reorganizar em profundidade a ordem mundial. O que o conceito de Multipolaridade Instável busca demonstrar é que estavam equivocadas as análises segundo as quais a globalização e a ordem liberal liderada pelos EUA estariam

¹ Sobre a hipótese de confronto militar direto entre Estados Unidos e China, ver: ALLISON, Graham. *A caminho da guerra: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides?* Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

consolidadas. Da mesma forma, aquelas que consideravam que a emergência do BRICS produziria uma Multipolaridade Estável, através das Organizações Multilaterais reformadas, também se enganaram. O que se descortina é um cenário marcado pelo retorno do Estado como ator privilegiado, da geopolítica conflitiva e da geoeconomia.

Os Eixos de Poder Mundial

A identificação das potências mundiais e suas alianças, como visto acima, são elementos recorrentes na academia e na mídia. Todavia, na maioria das vezes ignora os elementos qualitativos e as dinâmicas intrínsecas à evolução da política internacional. Os estudos da área de Relações Internacionais e Defesa têm como um dos seus objetivos primordiais a mensuração do poder mundial, identificando e classificando hierarquicamente as grandes e médias potências. Os critérios utilizados para tanto são, todavia, discutíveis, uma vez que se baseiam, predominantemente, em elementos quantitativos, organizados segundo teorias previamente estabelecidas, muitas vezes a-históricas.

Geralmente levam em conta a superfície geográfica do país, suas riquezas naturais (agrícolas e minerais), o peso de sua economia (Produto Interno Bruto total e *per capita*) e o tamanho e estrutura de sua população. Também são considerados a posição geopolítica, o pertencimento à Organizações Internacionais influentes (G-7, OCDE, OTAN, CSONU), a estabilidade político-institucional e, *last but not the least*, a dimensão e qualidade das Forças Armadas. Geralmente esses itens são quantificados e tabelados, produzindo um *ranking* das potências e, a partir daí, uma série de reflexões estratégicas e cenários geopolíticos. (Merle: 1981, 119, Morgenthau: 2003, 215, Kennedy: 1989, 417, Carr: 1981, 99)

Sem dúvida, trata-se de elementos basilares, mas a forma como se articulam e sua importância relativa estão relacionadas com outros elementos qualitativos. Em primeiro lugar, há a evolução histórica (cada Estado-Nação tem suas características específicas), o nível de desenvolvimento social e econômico, o grau de articulação das elites no poder, a existência de um projeto nacional, as conexões internacionais e o posicionamento no sistema mundial, entre outros. (Halliday: 2007, Wallerstein: 2004, 21, Arrighi: 1996, 59, Brucan: 1974, 140)

Um país pode possuir um poder militar expressivo e uma economia de grande porte, mas se encontrar em declínio pela transformação na economia mundial e pelo surgimento de polos de poder desafiantes. Além disso, apesar de ser detentor de uma economia forte e capacidade militar quantitativa, algumas vezes têm limitações de soberania, que dificultam a conversão desses elementos em um instrumento eficaz de ação. A tabulação dos elementos

materiais de poder pode gerar, assim, uma concepção estatística errônea e uma apreciação estratégica equivocada.

O que já era complicado numa fase de liderança reconhecida e de hegemonia, no quadro de uma fase de transição pode se tornar ainda mais complexo e incerto. Nesse sentido, o objetivo é o de buscar contribuir para uma compreensão da *posição de poder* dos Estados no quadro do sistema internacional pós-Guerra Fria, em particular no século XXI. Trata-se de uma visão exploratória, objetivando dar conta das ações em curso e de possíveis tendências para o futuro imediato, no contexto da crise da economia desde 2008 e da desarticulação em curso da própria globalização neoliberal.

Mais do que por rivalidades ideológicas ou geopolíticas, o que conta é a posição político-econômica que ocupam na estrutura de poder mundial. Nesse contexto, o primeiro grupo da política internacional contemporânea se aglutina no *eixo militar-rentista anglo-saxão*: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e, tangencialmente, Israel. Trata-se das nações hegemônicas que detêm recursos militares, diplomáticos, financeiros, tecnológicos, de inteligência e de comunicações. Estando essas nações na fase pós-industrial rentista, vivem dos recursos das demais, empregando para tanto os meios acima mencionados.

O segundo é o *eixo industrial desenvolvido* da União Europeia, Japão e Tigres Asiáticos. Com um capitalismo industrial produtivo avançado e elevado nível de vida de suas populações, ele se diferencia do primeiro, pois esse grupo carece dos recursos de poder tradicionais, como os militares, e de plena soberania. Foram protegidos durante a Guerra Fria, mas hoje a situação é incerta e as tensões com o primeiro são crescentes. Muito do que vier a ocorrer depende da atitude política a ser adotada por nações relevantes do eixo, como a Alemanha e o Japão, os derrotados da Segunda Guerra Mundial.

O terceiro consiste no *eixo industrial heterodoxo emergente*, integrado pelas grandes nações do BRICS, especialmente a China e a Rússia, além da Turquia e do Irã, onde as estruturas de poder e a participação do Estado na economia é relevante. Trata-se do que se denomina *semiperiferia*. Como o anterior, seu objetivo imediato e prioritário é o de evitar um conflito armado de dimensões globais e manter seu desenvolvimento econômico. Com recursos para se defender, eles ainda são incapazes de projetar poder em escala planetária e dependem, em certa medida, da atitude que vier a ser adotada pelo segundo eixo.

Por fim, o quarto é o *eixo agrário, mineral e demográfico periférico*, integrado pelas nações médias e pequenas da América Latina, da África e da Ásia geográfica (que inclui o Oriente Médio). Possuem recursos humanos, agrícolas ou minerais abundantes (inclusive energia) mas não detêm capacidade militar ou articulação diplomática, tendendo a agir de

maneira fragmentada e constituindo uma zona em disputa pelos demais eixos. O Brasil, por sua vez, parece estar sendo absorvido por suas agendas políticas internas e corre o risco de passar a integrar esse grupo, caso não elabore e implemente uma Grande Estratégia.

A Guerra Russo-Ucraniana e seus efeitos globais

O BRICS tornou-se um pivô na disputa mundial, sendo admirado, mas, também, criticado, curiosamente com a repetição dos mesmos clichês, mas com imagem invertida. Os liberal-globalistas manifestam temor diante do que consideram um “bloco” antiocidental ameaçador, enquanto a narrativa social-desenvolvimentista pensa exatamente a mesma coisa. Estatísticas impactantes são mostradas como evidência de um avanço irreversível e avassalador do “Oriente”, enquanto outros temem a formação de uma coalizão militar voltada contra a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Mas ao mesmo tempo a grande mídia dos integrantes do G-7 e dos que a reproduzem no Sul Geopolítico, desqualifica as credenciais políticas e econômicas do grupo “rival”. Mas afinal, onde se encontra o eixo explicativo?

Embora ambos afirmem que o BRICS constitui um “Bloco”, os primeiros destacam debilidades e incoerências, enquanto os segundos ressaltam a performance quantitativa e a mudança sistêmica que projeta. Todavia, o BRICS não é nem pretende ser um “Bloco”, pois se trata de uma espécie de Clube, Fórum ou Associação. O argumento liberal-globalista de que os países não são compatíveis por serem muito diferentes, projeta o raciocínio de que o BRICS almejaria ser um adversário de mesmo perfil que o G-7. Uma típica falta de compreensão do outro.

O G-7, ainda que não possua uma instância decisória e impositiva, é composto por um líder incontestado (EUA) e seus “protetorados”, que foram derrotados ou enfraquecidos na Segunda Guerra Mundial (Alemanha, Japão, Itália, França, Reino Unido e Canadá). Além disso, compartilham homogeneamente o mesmo modelo econômico e de governança política democrático-liberal. Já no BRICS, embora a China seja a maior economia, nenhum dos demais membros é subordinado a ela, inclusive havendo rivalidade latente com a Índia e a Rússia. Os regimes políticos são significativamente diferenciados, assim como a estrutura econômica, grau de desenvolvimento e de intervenção estatal. Então, o que os aproximou?

Ao contrário do G-7 e da OCDE, que tendem à homogeneidade e não permitem alternativas econômicas ao liberalismo político e econômico, o BRICS se articula em torno daquelas agendas comuns a seus membros, guardando autonomia e especificidades de cada um. Atua por consenso, não havendo um líder, e vários dos seus programas atendem a países não

membros. Mas seu protagonismo cresceu também no plano multilateral, como polo gravitacional de nações periféricas e semiperiféricas que almejam um sistema mundial multipolar, no qual obtenham margem de manobra.

Quando se encerrava a Pandemia Covid (2020-22), ocorreu a eclosão da Guerra Russo-Ucraniana (2022-2025), com inegável participação indireta da OTAN, durante a presidência do Democrata Joe Biden. Se, por um lado, a capacidade militar da Rússia se mostrou limitada, por outro, Moscou demonstrou resiliência frente às sanções econômicas. Enquanto os Eixos 1 e 2 condenavam e sancionavam o Kremlin, o Sul Geopolítico (Eixos 3 e 4) mostrou-se independente e aproveitou as oportunidades econômica, políticas e securitárias que se abriram, surpreendendo analistas e estadistas. As contradições existentes, então, amadureceram.

A política de sanções da Comunidade Internacional (basicamente a anglosfera¹, Europa, Japão e Coreia do Sul, 25% do mundo) provocou um curto-circuito econômico-financeiro e uma nova clivagem global. O confisco de ativos russos e a imposição de medidas danosas aos interesses europeus (que aceitaram) e ao Sul Geopolítico (que não aceitou), fez soar o alarme. O mais notável foi a drástica mudança de atitude das petromonarquias árabes pró-Ocidentais e de grande parte da África, que rapidamente se tornaram assertivas, mudaram de lado e buscaram adesão ao BRICS e à Organização de Cooperação de Xangai (OCX). Todos entenderam as sanções econômicas contra a Rússia como uma preocupante arbitrariedade, da qual um dia também poderiam ser vítimas.

Apesar das tradicionais pressões, não foi surpresa que nas Cúpulas do BRICS ocorresse a adesão do Irã, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia e Indonésia, além da criação posterior de *status* de Parceiros de mais nove países, reforçando a posição grupo. E há importantes países numa grande lista de espera. O PIB-PPP ultrapassou o do G-7, além de deter 48% da superfície e 45% da população mundiais, são dados impressionantes, mas ainda relativos. A margem de manobra e o campo de negociação foram alterados qualitativamente, com propostas para criar alternativas ao uso do dólar, a fim de evitar as sanções. A Rússia, talvez involuntariamente, foi a catalizadora de uma nova realidade. Outro elemento que contribuiu para o avanço de uma Multipolaridade Instável foi a eclosão de um conjunto de conflitos articulados no Oriente Médio, a partir de 2023, com o ataque do Hamas e a reação de Israel em Gaza e ao Hezbollah libanês. As ações do Irã e dos Houtis iemenitas tornaram o cenário ainda mais problemático, mas o que provocou uma grande ruptura estratégica foi o retorno de Donald Trump ao poder em 2025.

¹ Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

O retorno de Trump e a formalização da Multipolaridade Instável

Durante a fase áurea da globalização, os estudos internacionais foram caudatários de uma apologia do mundo liberal ou, criticamente, da sua evolução econômica para um sistema de múltiplos polos. Eles, supostamente, suplantariam a hegemonia americana, mas dentro de um sistema que permaneceria integrado. A ideia, sedutora, sempre nos sugeriu prudência, dado que nenhum Estado abandona sua posição de liderança pacificamente. E as formas de reação, geralmente, são difíceis de prever. Daí que a releitura do Poder Mundial produziu o conceito dos quatro Eixos, peça que se mostrou fundamental para o conceito ampliado de Multipolaridade Instável.

Assim, no plano acadêmico, a proposta da Multipolaridade Instável se contrapõe à visão liberal de um mundo interdependente e cooperativo, e aproxima-se de leituras voltadas à análise realista crítica, destacando: 1) a aceleração e a volatilidade das relações internacionais; 2) o colapso de instituições multilaterais como garantidoras da ordem; e 3) o uso crescente de *hard power* e *soft power coercitivo* por parte das potências. Trata-se, portanto, de uma *multipolaridade sem estabilidade sistêmica*, isto é, sem um “concerto de potências” estabilizador. Mas, como sugerido nos Eixos do Poder Mundial, deve-se levar em consideração elementos qualitativos subjacentes, que são elementos negligenciados, os quais orientam a ação não apenas das grandes potências, mas também dos Estados médios e pequenos.

Após 1815, por exemplo, foi o temor à Revolução Social (a “Sexta Potência”, segundo Halliday) que serviu de elemento aglutinador para o Sistema de Equilíbrio das cinco potências europeias, tão diferentes entre si. Hoje, há três outros elementos que exercem uma pressão estratégica sobre os Estados, tornando o processo mais complexo do que uma simples disputa entre potências equivalentes. Eles devem ser integrados aos sugeridos no parágrafo anterior: 4) a acelerada Revolução Tecnológica; 5) a mudança climática, ligada às questões ambiental e energética; e 6) o problema demográfico, com o envelhecimento e declínio populacional no Norte e nas Américas, e o acelerado incremento na África.

A Revolução Tecnológica acelera dramaticamente a competição econômica entre nações industrializadas e impacta sobremaneira nas relações sociais, ao desestruturar o mercado de trabalho em todo o planeta. A mudança climática afeta especialmente o meio ambiente e a agricultura. A exploração de recursos naturais renováveis e as fontes energéticas não renováveis – ainda dominantes – também despertam o interesse das novas potências e dos países do Sul Geopolítico. Por fim, o declínio populacional do Norte e do Hemisfério Ocidental é impactado

pela explosão demográfica africana (em 2100 terá a mesma população da Ásia) e desestruturação de Estados no Oriente Médio, geram forte fluxos migratórios em direção ao Norte.

Diferentemente da multipolaridade europeia do século XIX, que operava sob normas estabelecidas pelas grandes potências, ou da bipolaridade da Guerra Fria, regulada por uma lógica de dissuasão mútua e esferas de influência fixas, a Multipolaridade Instável do século XXI é caracterizada pela fluidez, incerteza e ausência de fundamentos claros. Ela expressa uma transição sistêmica inacabada e potencialmente perigosa, especialmente num cenário de polarização ideológica nos planos domésticos e debilitação das organizações multilaterais. Uma antiga ordem está sendo encerrada, enquanto uma nova ainda não se configurou plenamente, e, durante tal interregno, pode haver processos aparentemente disfuncionais.

A Guerra Rússia-Ucrânia promoveu um choque de retorno à realidade geopolítica e estatal, inicialmente camuflada pela orientação do Democrata Biden. Foram os realinhamentos não militares do conflito que deram concretude à teoria da Multipolaridade Instável, muito além de um mero jogo entre grandes potências. O desafio da Rússia de Putin ao avanço da OTAN e as sanções retaliatórias do Ocidente geraram uma reação em cadeia no plano internacional, com o surpreendente alinhamento do Sul Geopolítico com Moscou. A política do governo Trump II apenas mostrou que os EUA reconheceram a nova realidade e se prepararam para enfrentá-la.

Trump tem sido criticado por sua política de imposição de tarifas como contraproducente, sendo fruto de uma falta de projeto. Contudo, apesar da guinada radical, ela tem uma lógica racional. Ela representa uma resposta à tensão existente entre a dimensão interna e a global da política americana, que ao longo das últimas décadas gerou déficits financeiros gigantescos em todos os níveis. Ao mundo, os EUA consideram prover duas grandes necessidades: um guarda-chuva securitário, através de meios militares, e um sistema financeiro estável, através do dólar. Contudo, isso enfraquece o país internamente, pois ele constitui o coração do sistema mundial, mas é, também, um Estado nacional. O elevado custo financeiro da hegemonia, com 700 bases e vários conflitos simultâneos, ultrapassou sua capacidade econômica. Então Trump reage ao declínio americano atacando o sistema multilateral liberal, enquanto tenta reforçar o país como a maior potência estatal. Em tal contexto, ele tem que enfrentar não apenas poderosos adversários externos, mas também domésticos.

Ficou claro que ele vê o mundo como arena de quatro grandes *players*: a China, a Rússia, a Índia e os Estados Unidos, como *primus inter pares*, que procura explorar sua vantagem remanescente e a falta de unidade entre os demais. Ao renunciar à noção de hegemonia, Trump

contribui para que a convergência entre os três grandes BRICS se enfraqueça, pois eles são afetados de forma diferente pela política de tarifas. Isso já foi visível na recente reunião do BRICS no Brasil, onde não se obteve um documento conclusivo. E não se trata apenas de rivalidade entre gigantes, mas da busca de áreas geopolíticas demarcadas, do Ártico ao Panamá, com os aliados sendo pressionados a pagar mais pela segurança e manutenção do sistema financeiro internacional. Aqui, Trump tenta empregar uma estratégia semelhante aos Acordos Plaza de 1985, quando o presidente Ronald Reagan forçou seus aliados a valorizarem suas moedas e reequilibrar o comércio. Todavia, hoje, o mundo atual se assemelha ao dos anos 1930, em que havia diferentes projetos e estratégias na luta por espaços geoeconômicos, e nenhum bloco era coeso.

Assim, um elemento constitutivo do novo cenário é o fato de que há uma incerteza permanente nas alianças e rivalidades, com a tática parecendo sobrepujar, conjunturalmente, a grande estratégia. Há que responder a desafios, aqui e agora. A geopolítica está de volta, com força total, e é preocupante o despreparo de um país com as dimensões do Brasil, que pode estar entre os perdedores, como está ocorrendo com a União Europeia e o Reino Unido. Dependendo de um “protetor”, como disse Kissinger, pode ser letal, e, infelizmente, a ideia de que devemos nos aliar a um bloco mais poderoso é um enfoque que tem predominado no Brasil atual, contrariando nossa melhor tradição diplomática.

A China, por sua vez, poderá criar novas conexões internacionais para se esquivar das pressões americanas, mas já não poderá se ocultar por detrás da Rússia combatente, pois Moscou está deixando de ser considerada o adversário americano. Beijing terá de se reinventar, rapidamente, pois sua zona de conforto está encolhendo de forma acelerada. Já houve assincronias entre Moscou e Beijing anteriormente e, inclusive, durante a guerra da Ucrânia. Uma das grandes ironias do presente é que a Rússia representa um trunfo político para Trump, afastando-a da China, criando parcerias para a exploração conjunta do Ártico, obrigando a temerosa UE a aumentar gastos militares e, *last, but not the least*, concentrar seu poder contra a China.

A Índia também surpreende com a agilidade de manobra e dinamismo, mas parte disso decorre de fatores geopolíticos externos, que podem mudar, havendo sérios problemas internos a enfrentar. Mas, como polo asiático, a Índia é extremamente útil para a estratégia militar e econômica americana no continente. O país poderá ocupar espaços que as sanções à China deixarão vagos.

Da mesma forma a Europa deve buscar um novo caminho, que não a narrativa da pouco crível “ameaça russa”, como forma de desviar a atenção doméstica de suas múltiplas crises, às quais não sabe como enfrentar, após sua estagnação econômica. E as rivalidades entre os Estados do Velho Continente tendem a se aprofundar, não apenas dentro da UE, mas inclusive dentro da OTAN. Estados-Membro mais realistas já não aceitam as regras ultrapassadas e a incapacidade de reação rápida de Bruxelas, além de ser muito pouco provável que o continente consiga construir uma indústria de defesa única. O cenário que se esboça é que o Velho Continente se adapte às demandas de Washington.

Fazer previsões se tornou impossível, mesmo a curto prazo, especialmente com a presidência Donald Trump, com suas iniciativas extremamente assertivas e bruscas guinadas táticas. O que ele deseja, com sua lógica empresarial, está muito claro, mas para um cientista social é difícil acreditar que irá lograr vários dos seus objetivos. Contudo, o insucesso de um não significa, necessariamente, o triunfo de outro. Já o caso da Ucrânia demonstra os graves riscos que correm as nações pouco estruturadas, que se subordinam a um suposto aliado protetor, que os utiliza em guerras por procuração, e, depois, podem abandoná-los. Ainda que se mostre surpreendentemente resiliente na guerra, o país parece pouco capaz de sobreviver na paz.

Por fim, é fundamental destacar que a situação atual demonstra que forjar uma Grande Estratégia Nacional e a respectiva capacidade diplomática e de Defesa é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e estabilidade política do Brasil. Essa é, possivelmente, a grande lição a apreender em relação à Guerra Russo-Ucraniana e seus desdobramentos mundiais, configurados em um sistema de Multipolaridade Instável, para o qual o país deve estar preparado.

Com o acúmulo crescente de tensões estruturais, uma *Guerra Central* não pode ser completamente descartada. Então, uma pergunta que se pode fazer não é se vai realmente ocorrer, mas seria quando, onde e como, e com que alianças e rivalidades, de que forma e com qual estratégia por parte dos contendores. Como no passado, um conflito mundial tem início através de diversos confrontos locais, interligados por um mesmo conjunto de contradições globais. No nosso caso, é vital ter uma estratégia para lidar com os efeitos no entorno geopolítico constituído pelo Atlântico Sul, África e Américas. O que a situação atual nos mostra é que não pode haver paz sem Forças Armadas com capacidade de dissuasão, Indústria de Defesa e uma estratégia que não seja apenas a de delegar a tarefa a um “protetor”.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro/ São Paulo: Contraponto/Unesp, 1996.
- BRUCAN, Silviu. La disolución del poder mundial. Sociología de las relaciones internacionales y política. Mexico: Siglo XXI, 1974.
- BUZAN, Barry, and WAEVER, Ole. Regions and Powers: The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. El Gran Tablero Mundial. La supremacia estadounidense y sus imperativos geoestratégicos. Barcelona: Paidós, 1998.
- CARR, Edward. Vinte anos de crise: 1919-1939. Brasília: Ed. UnB, 1981
- HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2007.
- HUNTINGTON, Samuel. O choque de Civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências: Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KISSINGER, Henry. O mundo restaurado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- MERLE, Marcel. Sociologia das Relações Internacionais. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- MEARSHEIMER, John. Bound to Fail: The rise and fall of the Liberal International Order. *International Security*, v. 43, n. 4, 2019.
- MORGENTHAU, Hans. A política entre as nações. Brasília: Ed. Da UnB, 2003.
- PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. “Principais áreas de fricção no mundo atual: reflexos para a defesa nacional”, in ACIOLY, Luciana, e MORAES, Rodrigo de (Orgs). *Prospectiva, estratégias e cenários globais*. Brasília: IPEA, 2011.
- TODD, Emmanuel. La derrota del Occidente. Mexico: Akal, 2024.
- VISENTINI, Paulo. Putin, a OTAN e a Guerra na Ucrânia. A ascensão da Multipolaridade Instável. Porto Alegre: Leitura XXI/NERINT-UFRGS, 2025.
- VISENTINI, Paulo. As Grandes Potências e os conflitos mundiais (1871-2021). Rio de Janeiro: Alta Cult Editora, 2021.
- VISENTINI, Paulo. Eixos do poder mundial no século XXI. Uma proposta analítica. *AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Porto Alegre: NERINT e PPGEEI/UFRGS, V. 8, n. 15, Jan/Jun 2019.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

